



PEDAGOGIA EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES

DADOS INSTITUCIONAIS

CNPJ:	17.145.404/0001-76
Razão Social:	CENTRO EDUCACIONAL MALTA LTDA
Nome de Fantasia:	FACULDADE MALTA
Esfera Administrativa:	PRIVADA
Endereço:	Av. Barão de Gurguéia, nº 3333b, Bairro Vermelha
Cidade/UF/CEP:	TERESINA-PI. CEP: 64018-500
Telefone:	(86) 3303-5002
E-mail de contato:	maltafaculdade@gmail.com
Site da unidade:	http://www.faculdademalta.edu.br/

Sobre a Autor(a)

Maria Rosilene de Sena

Mestra em Educação inclusiva (UEMA), graduada em Licenciatura em Informática pelo Instituto Federal do Piauí (2017) e graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí (2008).

Possui Especialização em Educação Global - Faculdade de Ensino Superior do Nordeste - 2017, Supervisão Educacional com Docência no Ensino superior (FAESPI - 2012), Libras (UESPI - 2013), Educação Especial / Inclusiva (UEMA - 2019).

Atualmente professor da Rede Municipal de Teresina. Professora na Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Especial.



APRESENTAÇÃO

Caro(a) estudante

Este material didático destina-se aos alunos do curso de Pedagogia da Faculdade Malta-FACMA. Torna-se de fundamental importância para o profissional da Pedagogia conhecer, através da disciplina de **Pedagogia em espaços não escolares**, onde iremos refletir acerca da atuação do pedagogo em diferentes espaços.



Os textos presentes nessa apostila são resultados de uma extensa revisão literária acerca dos conteúdos da disciplina. Reunimos aqui trabalhos de diversos autores os quais embasaram o nosso plano de ensino.

Unidade 1 “IDENTIDADE DO PEDAGOGO.” Aqui se apresentam discussões sobre quem é o pedagogo, sua formação e as possibilidades para atuação em espaços escolares e não escolares;

Unidade 2 “O PEDAGOGO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES: TEORIA E PRÁTICA. São trabalhados a formação do pedagogo no Brasil seus aspectos histórico e conceituais, a relação da pedagogia com as demais ciências da Educação, fazendo uma análise em suas diferentes possibilidades.

Unidade 3 “O PEDAGOGO E AS POSSIBILIDADES NOS DIFERENTES ESPAÇOS NÃO ESCOLARES. Nesse espaço são abordados o pedagogo e sua atuação nas diferentes áreas: saúde, promovedor de ações sociocultural, tecnologia e empresarial.

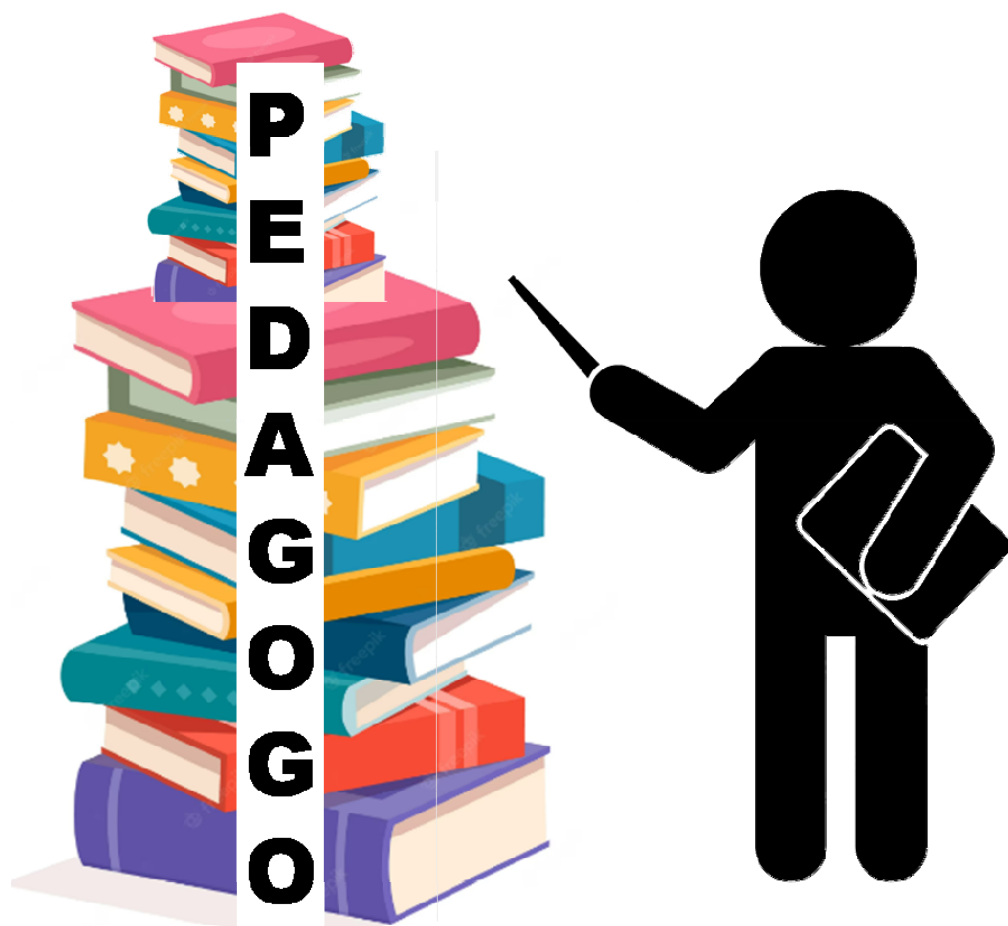
BOA APRENDIZAGEM!

Sumário

UNIDADE I	5
INTRODUÇÃO	7
1.1 PEDAGOGIA E PEDAGOGO	7
1.2 UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA SOBRE A IDENTIDADE DO PEDAGOGO E DA PEDAGOGIA	12
1.3 O CURSO DE PEDAGOGIA: SUA HISTÓRIA SUA IDENTIDADE.	17
1.4 A EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL COMO ESPAÇOS POTENCIAIS DE ATUAÇÃO DO PEDAGOGO.	17
UNIDADE II	20
INTRODUÇÃO	22
2.1 A RELAÇÃO DA PEDAGOGIA COM AS DEMAIS CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO	23
2.2 A FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS NO BRASIL: historicidade e legislação vigente.	26
2.3 CRIAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL EM 1939: concepção técnica	27
2.3 MUDANÇAS NO CURSO DE PEDAGOGIA PELO PARECER CNE/CP N. 251 EM 1962: concepção técnica	29
2.4 MUDANÇAS NO CURSO DE PEDAGOGIA PELO PARECER CNE/CP N. 252 EM 1969: concepção técnica	30
2.5 MUDANÇAS NO CURSO DE PEDAGOGIA PELA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E LDB DE 1996: concepção técnica ou crítica	31
2.7 MUDANÇAS NO CURSO DE PEDAGOGIA PELA RESOLUÇÃO CNE/CP N. 01 EM 2006: concepção crítica	33
UNIDADE III	41
INTRODUÇÃO	43
3.1 PEDAGOGIA HOSPITALAR	44
3.2 PEDAGOGIA EM NÚCLEOS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	45
3.3 PEDAGOGIA EM AGÊNCIAS OU ESPAÇOS DE TURISMO	45
3.4 PEDAGOGIA EMPRESARIAL	45
REFERÊNCIAS	48
SUGESTÕES DE LEITURAS	50

UNIDADE I

IDENTIDADE DO PEDAGOGO



UNIDADE I

APRESENTAÇÃO

Caros alunos

É com grandes entusiasmos que damos início aos nossos estudos. Iniciamos essa unidade refletindo sobre o paradigma pedagogo X pedagogia e, na sequência, discutiremos sobre os conceitos de espaços escolares e não escolares, bem como sobre a formação do pedagogo para a atuação nesses espaços.

Aproveite ao máximo os ensinamentos dessa unidade e não esqueça de realizar as leituras sugeridas, elas foram pensadas com o objetivo de potencializar seu aprendizado.

BOM ESTUDO

OBJETIVOS PROPOSTOS



- Refletir acerca dos elementos que compõem a identidade do pedagogo;
- Compreender a diferença entre pedagogia e pedagogo;
- Caracterizar os espaços escolares e não escolares compreendendo a sua relevância na formação do pedagogo.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história a formação de profissionais da área de educação referente ao Pedagogo em nosso país foi sempre voltada a atender interesses ideológicos e sócios culturais daquela época. Em nenhum momento o caráter de identificação deste profissional foi relevante para os governos vigentes.

A sua identidade como profissional tal como sua área de atuação não foi definida de acordo com sua formação curricular ao longo do processo de educação instituída no país desde os tempos do império com as escolas das primeiras letras.

O papel do pedagogo é de extrema importância em um espaço não-escolar, sendo capacitado para desempenhar uma função de mediador e articulador da aprendizagem em uma organização.

Diante da realidade dos dias atuais, onde o sistema é globalizado, tornou-se cada vez mais competitivo o mercado de trabalho, com isso os colaboradores tendem a estar sempre atualizados e com uma visão de inovação.

1.1 PEDAGOGIA E PEDAGOGO

O século XXI, segundo críticos e autores das várias linhas de pesquisa em ciências sociais e humanas, é o século de conhecimento e as informações constituem-se como principal ferramenta para a sobrevivência do ser humano. Segundo Santos (1995, p.15), “Esta é a era da pós-modernidade, ou da informática, ou ainda, da midiatização”.

A profusão de informações a que se tem acesso é espantosamente grande. Tudo gera informação. Os meios audiovisuais acenam com configurações novas, a cada momento, para que o ser humano apreenda o mundo que o cerca. Além disso, as notícias que nos chegam vêm em tempo real, mesmo que os fatos tenham acontecido do outro lado do planeta, ou mesmo, fora dele.

Assim, a humanidade do século XXI caminha a passos apressados, sem muito tempo para a contemplação e para a reflexão acerca da de sua essência, de sua própria humanidade, visando um conhecimento de si, do outro e do mundo que os cerca. Assim, as crianças e os jovens identificam-se e constroem suas visões de

mundo. Da mesma forma, todos os espaços se adaptam a esse ritmo acelerado e colorido, incluindo nestes espaços, a escola.

A pedagogia, que está intrinsecamente ligada à escola e seus fazeres, vêm se modificando também. Além dela, os pedagogos, ou professores, adequam-se, buscam novas metodologias e novas formas de ensinar. Mas, a tarefa, em relação aos pedagogos não é simples e requer muito esforço, muito estudo, muita vontade e muita dedicação.

O conhecimento da Pedagogia, seu entendimento enquanto instrumento e enquanto ciência se faz necessário para que se compreenda, também, sua aplicabilidade e especificidades. Libâneo (2004), assim define Pedagogia:

A meu ver, a Pedagogia ocupa-se do fato, dos processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas antes disso, ela tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante. Ela é um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicamente e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa (LIBÂNEO, 2004, p.29-30).

Se tomarmos o pensamento do autor, entenderemos que a pedagogia é todo o método, o estudo, o olhar, a sensibilidade, a organização, a estrutura com os quais a escola e o professor se munem para a constituição dos processos educativos. Muito mais que apenas a metodologia pela qual se ensina, a Pedagogia diz respeito à forma como se ensina e as visões de mundo que o professor, o aluno e a escola têm e que devem estar imbricadas no processo de ensino-aprendizagem.

Para Libâneo (2004), ainda, a pedagogia traduz o estudo sistemático da educação e dos seus processos, e deve ser entendida como pedagógico a finalidade da ação educativa, suas estruturas sócio-políticas que se estabelecem nas formas organizativas e metodológicas. Nesse sentido, o autor define:

Educação é o conjunto das ações, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais (LIBÂNEO, 2004, p.30).

Assim definida a educação, para o autor, a Pedagogia: “É uma prática social que atua na configuração da existência humana individual e grupal, para realizar nos sujeitos humanos as características de ‘ser humano’ (LIBÂNEO, 2004, p.30).

Dessa forma, pode-se dizer que a Pedagogia é a ciência que estuda e atua na esfera do ser humano auxiliando-o na reflexão do seu existir, fazer e pensar. Então, a Pedagogia não está restrita apenas, aos muros escolares, ela se estende para além deles e amplia-se, na medida em que a educação, veloz e sem fronteiras configurada na sociedade atual, necessita humanizar as relações, visto a impessoalidade fazer parte do cenário social atual. Ghiraldelli Jr (2007), considera que:

A concepção que diz que a pedagogia é a parte normativa do conjunto de saberes que precisamos adquirir e manter se quisermos desenvolver uma boa educação, é mais ou menos consensual entre os autores que discutem a temática da educação. Ela, a pedagogia, é aquela parte do saber que está ligada à razão que não se resume à razão instrumental apenas, mas que inclui a razão enquanto razoabilidade; a racionalidade que nos possibilita o convívio, ou seja, a vigência da tolerância e, mesmo, do amor (GHIRALDELLI JR, p.03).

Dessa forma, a Pedagogia atua em campos bem mais amplos do que os escolares, como já dito. Pensando assim, ela se estende para os diversos segmentos sociais, como empresas, órgãos governamentais, instituições e entidades, centros de reabilitação para dependentes químicos, e campos da medicina, como fisioterapia, tratamento pós-cirúrgico, etc. Essa visão da extensão da Pedagogia amplia-se para a atuação do pedagogo. Andréa Cecília Ramal (2007), considera que:

Nas empresas, a necessidade de manter a competitividade no mercado exige desenvolver sempre novas competências nos funcionários. Nesse campo, a tarefa do pedagogo é crucial, colaborando não só nos processos de capacitação em serviço, como também na avaliação permanente que permita diagnosticar as

novas necessidades em função de cada contexto e os meios para gerá-las mais rapidamente nos grupos de trabalho (RAMAL, 2007).

Edgar Morin (2001), tece considerações importantes sobre os saberes que serão indispensáveis à educação do futuro. Para o autor, a educação não poderá estar restrita aos campos cognitivos, mas deverá ir além desses, chegando à conscientização ecológica, de mundo e de planeta. Na visão do autor, a educação e seus processos, dar-se-á por meio de uma ampla teia de relações tecidas no âmbito das convivências humanas.

Assim, os espaços de interação e de integração do ser humano, devem ser constituídos de um fazer não-linear, respeitando as especificidades de cada um, mas objetivando o bem comum e planetário. Nesse aspecto, a pedagogia e o pedagogo são fundamentais. Através do fazer pedagógico, torna-se possível ampliar as relações humanas para além do convívio. A Pedagogia pensa e recria os espaços de convivência humana, dando-lhes significados e novas perspectivas, construídas pela coletividade e enraizadas no pensar e no fazer crítico. Libâneo (2006), considera:

A complexidade da vida social contemporânea e a consequente diversificação das atividades educativas resultam ao mesmo tempo em ampliações das ações pedagógicas. Nos meios profissionais, políticos, sindicais, empresarias, nos meios de comunicação social, nos movimentos da sociedade civil assiste-se a uma redescoberta da Pedagogia. Estamos diante de uma sociedade pedagógica (LIBÂNEO, 2006, p.57).

A sociedade pós-moderna, rápida nos avanços tecnológicos e científicos, munida de informações e de notícias, encontra-se no limiar da carência humana. Suas relações têm configurando-se em impessoais, apáticas e intolerantes. Além disso, o medo, a violência, os fatores de risco dos grandes centros urbanos e mesmo os fatores de risco contidos na informatização, pressupõem um enclausuramento das pessoas, que não raro, tornam-se ilhas solitárias.

A Pedagogia e o pedagogo parecem estar reconfigurando seus fazeres exatamente a partir desse contexto. As ciências como a Psicologia, a Psiquiatria, a Parapsicologia, parecem fragmentar o ser humano em campos distintos, associando as emoções, sensações e fazeres a fatos isolados, tanto do passado, quanto do presente. Dessa forma, fragmentam o ser humano.

Para Moacir Gadotti (2003), a Pedagogia e o pedagogo, parecem estar surgindo como “a luz no fim do túnel”, pois tratam e estudam o ser humano em seu todo, realizando o imbricamento entre o ser humano, suas relações, seu meio e sua condição sócio-política.

Essa integração do ser humano vem ao encontro do pensamento de vários estudiosos que, há anos, falam do ser humano integral, indissociado das relações, do meio e do contexto social. Morin (2001), enfatiza:

Lembre-mos de que nenhuma técnica de comunicação, do telefone à Internet, traz por si mesma a compreensão. A compreensão não pode ser quantificada. Educar para compreender a Matemática ou a disciplina determinada é uma coisa; educar para a compreensão humana é outra. Nela encontra-se a missão propriamente espiritual da educação: ensinar a compreensão entre as pessoas como condição e garantia da solidariedade intelectual e moral da humanidade (MORIN, 2001, p.93).

Diante dos cenários que se modificam velozmente; diante das grandes catástrofes humanas e ambientais a que o homem vê-se exposto e das quais é o principal ator; diante da inevitável separação de classes e de poderes; diante, ainda, da necessidade de repensar o ser humano em seu fazer; diante da urgência em se reorganizar os espaços educativos onde educam-se crianças e jovens; diante de uma maior sensibilidade nas relações de trabalho, a Pedagogia e o pedagogo reconfiguram seu foco e sua práxis e estendem suas ações.

É imperativo que se estabeleçam critérios para as relações humanas, objetivando a convivência integrada, colaborativa e a não-violência, além da consciência de fragilidade do sistema ambiental do Planeta. Assim, a Pedagogia e o fazer do pedagogo, devem ser amplamente difundidos e apoiados em bases legais

para que se propague o pensar do/no ser humano como um ser integral, responsável pelas ações que executa e agente de movimentação planetária.

1.2 UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA SOBRE A IDENTIDADE DO PEDAGOGO E DA PEDAGOGIA

A formação de professores foi criada inicialmente na Europa com a Revolução Francesa que alterou o quadro político e social daquela época que sendo influenciada pelos ideais do Iluminismo e a Independência Americana de 1776 surgiu à necessidade de expandir os ideais de sua revolução que proclamava os princípios universais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade que caracterizou a necessidade de haver instituições que formassem estes professores para a propagação destes ideais.

Porém antes de haver a criação destas instituições houve a preocupação de selecionar estas pessoas para ocupação do cargo docente, nisso se deu a concepção do curso de pedagogia.

A concepção do curso de pedagogia vem enfrentando problema no decorrer dos tempos na resolução em definir um perfil profissional para o pedagogo onde houve uma suposta definição correspondente a atuação do Pedagogo que seria a formação de um intelectual para atender as atividades de formato cultural o que não seria função apenas deste referido profissional caberia também aos graduandos em Didática e Filosofia.

A identidade do Pedagogo ainda está a ser definida, não há nada que identifique o Pedagogo, que venha a dar referência ao seu campo de atuação. O mesmo se refere ao decreto lei nº 1190/39 que diz que é necessário haver a formação de bacharel em Pedagogia para atender ao cargo, além da falta de diretrizes do próprio cargo, já que não havia funções definidas, de teórico de Educação do Ministério, já que o mesmo cargo pode ser assumido por outras competências.

Essa inadequação é representada principalmente, pela tensão provocada, de um lado, pela expectativa do exercício de funções de natureza técnica a

serem realizadas por esse bacharel e, de outro, pelo caráter exclusivamente generalista das disciplinas fixadas para sua formação (SILVA, 2003, p.15).

Os problemas de identidade do pedagogo em sua atuação desde o início de sua criação vêm buscar resolução através de forma provisória como foi feito através do decreto do parecer nº 251/62 que fixa o currículo mínimo e a duração do curso de Pedagogia.

A atuação do pedagogo e suas competências vêm a tornar várias formas sem atingir uma identidade própria a partir do que o parecer 252/69 traz no seu teor quando diz que várias habilitações por ela previstas outros poderão ser criadas pelo Conselho Federal de educação, quer pelas instituições de ensino superior, que por uma combinação dos dois níveis.

Através da lei 252/69 o curso de Pedagogia sofreu fragmentação ficando em duas bases uma tecnicista e outra generalista constituída de disciplinas básicas e a formação de qualquer profissional. A primeira era constituída por disciplinas de cunho profissional e técnico da área de educação.

Essa fragmentação contribui, grosso modo, para a descaracterização do profissional em Pedagogia já que a formulação da matriz curricular não dava suporte e conhecimento para atuar como especialista na educação segundo como suponha nossos legisladores se o referido profissional não teria os subsídios suficientes para a compreensão da nossa educação.

O que fundamenta esta questão é a falta de contextualização das disciplinas de base em relação ao estudo da educação como também a forma tecnicista comove sendo tratada às disciplinas de formação profissional como uma simples divisão de tarefas.

O significado dessa estrutura é que as tarefas que cabia ao Pedagogo que teriam uma nova identidade educacional através de conhecimento de metodologias e novas didáticas de forma contextual voltada a nossa realidade passou a ser somente a trabalhar em manter o que já estaria estabelecido por meio dos moldes de outrora defasados o que culminava em uma educação ruim e de má qualidade para nossa educação.

Pedagogo auxilia nas competências dos colaboradores formando alunos aprendizes, pesquisadores e cidadão ajudando a formação de opiniões e no seu desenvolvimento social.

Na sociedade do conhecimento, da tecnologia, da aprendizagem a atuação do pedagogo nas organizações é fundamental para o crescimento da organização e dos colaboradores.

É um momento delicado de trabalho que se está passando, onde em alguns casos o trabalhador é substituído por máquina tendo que encarar o mundo tecnológico e desenvolvido, buscando cada dia mais conhecimento. É imprescindível haver o convencimento dos representantes das instituições operárias de que é necessária a busca pelo aprendizado, pela educação continuada, que só trará benefícios e produtividade para as organizações.

A ação educativa está presente em todos os setores de nossa sociedade, e desta forma se confirma o caráter de “formadora de força de trabalho”, previsto inclusive em nossa Constituição Federal: Art. 205 “A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

As mudanças das reformas dos anos 80 e 90 apresentam novos desafios para o curso de Pedagogia e percebe-se que estas alterações legais associadas às transformações e cobranças sociais fizeram com que, a atuação do Pedagogo, superasse as fronteiras das escolas e cargos executivos (ministério, secretarias e diretorias) e tal profissional passa a trabalhar em outras instituições, mesmo porque as transformações ocorridas no currículo da Pedagogia o embasam para tal exercício.

Há duas décadas, nas várias organizações científicas e profissionais de educadores, tem se debatido em todo o país, questões relativa são campo de estudo da Pedagogia, da identidade do pedagogo, do sistema de formação de pedagogos, da estrutura do conhecimento pedagógico (LIBÂNEO, 2005, p. 56).

Numa breve análise pode-se entender a afirmação como sendo uma atuação dos profissionais pertencentes à área de administração, mas está implícito no currículo do Pedagogo, este profissional vai sendo preparado para enfrentar desafios dessa natureza dentro das escolas, alinhando essa formação a necessidade de mercado, podemos perceber que o perfil se enquadra perfeitamente em espaços não-escolares.

A presença do Pedagogo atuando em ONGs ainda é muito pequena nesse caso específico, encontram-se mais pessoas formadas em Serviço Social não desconsiderando o valor do assistente social e nem muito menos querendo excluí-lo

da sua função, mais as ONGs estão abrindo um leque de trabalho para o educador. Nota-se em instituições desse tipo a importância dos dois profissionais, o Pedagogo e o Assistente Social, atuando como a correia e a polia, onde o funcionamento da instituição tem sua força motriz centrada neles.

O pedagogo através de uma visão sistêmica que consiste na habilidade em compreender e perceber o conhecimento do todo, de modo a analisar ou a interferência no mesmo, consolida a sua atuação, já que sua formação de cunho filosófico e sociológico dá a este profissional a possibilidade de adoção de postura de desenvolvimento ao recurso humano dentro da empresa.

Para a pedagogia, seja socializadora em outros âmbitos em outras áreas de atuação, é necessária efetivamente a definição de identidade voltada antes de tudo ao âmbito educacional.

Pode-se perceber com o que Franco (2001) destaca sobre a formação e capacidades do pedagogo, que neste momento histórico da Pedagogia começam a ser quebrados antigos paradigmas sobre o perfil de formação e atuação do pedagogo, e começa a surgir um novo pedagogo com uma nova visão.

Como a Pedagogia trata da educação e o campo educativo é muito vasto, pois a educação ocorre em muitos lugares e sobre variadas modalidades, há também uma diversidade de pedagogias e não apenas a pedagogia escolar. Atualmente o curso de Pedagogia em âmbito nacional passa por um momento de reformulação e elaboração de suas Diretrizes Curriculares. Tais reformulações levam em conta também que a prática e atuação do pedagogo não se fazem única e exclusivamente apenas em espaços escolares.

Devido às complexidades e polêmicas em torno da concepção do curso e as mudanças em torno do seu currículo, o Pedagogo busca operar em vários níveis de trabalho de acordo com as várias potencialidades adquiridas em torno do referido curso e com isso buscando o seu desenvolvimento de valores.

Tem-se elaborado em nossas cabeças que os profissionais distintos de uma área especificam não podem atuar em outras. As concepções desse pensamento já se mostram ultrapassados, encontrando profissionais que mesmo com determinados segmentos de trabalho em outras áreas conseguem dar valiosas contribuições devido à agregação de conhecimento de outra ciência, a exemplo, na ciência recente que formam físicos – médicos, entre outros.

Pode-se citar o exemplo da visão que se tem ainda por uma grande da sociedade na qual o pedagogo somente atua em educação infantil. As novas tendências e perfis profissionais vêm quebrando paradigmas, nos conceitos existentes observam-se que a demanda por profissionais mais versáteis é uma maneira de respirar novos ares e modificar sistemas antigo de pensamento e atuação.

É difícil visualizar profissionais da área da educação desenvolvendo trabalhos em hospitais, por exemplo, mais já é uma realidade, gestão conhecimento que compreende a instituição de qualquer que seja o procedimento ou ação e organização, se faz necessário em todos os lugares, por isso os espaços para o Pedagogo transcendem a escola, é uma permuta onde os que estão acostumados com suas atividades trocam experiências válidas nessa reciprocidade, e desta forma fortalece mais a inclusão do Pedagogo e sua contribuição para o trabalho a ser desenvolvido.

A intervenção do Pedagogo será diretamente na área de Recursos Humanos, onde desenvolverão dinâmicas de grupos, jogos de desenvolvimento de equipes e outros.

Segundo Datner (2006.), para se ter uma relação interpessoal no trabalho saudável. O objetivo será apaziguar os conflitos de relacionamento onde as pessoas poderão exprimir suas angústias e aflições, trocar informações e estabelecer um momento de descontração e interação.

Vale enfatizar, reiteradamente, que as relações interpessoais no grupo são tão ou mais importantes do que a qualificação individual para as tarefas. Se os membros se relacionam de maneira harmoniosa, com simpatia e afeto, as probabilidades de colaboração aumentam muito, a sinergia pode ser atingida e resultados produtivos surgem de modo consistente. (MOSCOVICI, 2003, p 47)

De acordo com Moscovici (2003) descreve: O Pedagogo como aquele que fará uso da utilização de técnicas como discurso, conferências, diálogos e utilização de audiovisuais para estimular as pessoas a expandir sua capacidade criativa e obter os resultados que realmente as satisfaçam, desenvolvendo um pensamento sistêmico e abrangente, criando a troca de conhecimento em grupo.

1.3 O CURSO DE PEDAGOGIA: SUA HISTÓRIA SUA IDENTIDADE.

A docência compreendida como eixo central da formação do pedagogo e de constituição de sua identidade, causou grande impacto no meio educacional, mobilizando vários debates com posições favoráveis e desfavoráveis.

As posições desfavoráveis fundamentam no entendimento de que a Pedagogia, ao longo de sua história, já havia conquistado espaços de atuação, que foram eliminados pelas Diretrizes, que forma, prioritariamente, o professor da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. (LIBÂNEO, 1999; 2000; 2001; 2006; PIMENTA, 2001).

As posições favoráveis argumentam que a ação docente é o elemento catalisador de todo o processo de formação do profissional da educação e é por meio dela que se materializa o trabalho pedagógico, com suas múltiplas facetas, espaços e atores (SÁ, 2000; AGUIAR, 2006).

Desde a emergência do Curso de Pedagogia até os dias atuais, a profissão do pedagogo vem assumindo historicamente várias configurações, seja como especialista em educação com habilitações técnicas diversas seja como um docente, assumindo a postura de professor da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Infelizmente, ainda hoje, a base do Curso de Pedagogia é questionada, e sua identidade ainda é indefinida, deixando o campo de atuação de seus profissionais à margem de discussões e polêmicas.

1.4 A EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL COMO ESPAÇOS POTENCIAIS DE ATUAÇÃO DO PEDAGOGO.

Vários autores, como Pimenta (1999) e Libâneo (1999), vêm pesquisando sobre a identidade epistemológica da Pedagogia e possibilidades de atuação do pedagogo. Para os autores, a Pedagogia é uma ciência que tem como objeto de estudo a teoria e a prática da educação, compreendida nos espaços escolares e não escolares.

Ao problematizar a possibilidade de atuação do pedagogo nos marcos extra escolares, a Pedagogia tece algumas exigências direcionadas a esse profissional.

Nesse sentido, torna-se necessário uma caracterização das modalidades educativas onde o pedagogo possa atuar, que compreendem a educação formal e não formal.

Pensar a educação formal como um espaço potencial de atuação implica compreendê-la como uma ação planejada, organizada, sistematizada, que tem por objetivo promover o ensino, sendo fundamentada por um currículo que explicita um conjunto de princípios, ações e saberes que orientam a ação pedagógica.

Esse tipo de educação pode ser entendido como aquele que está presente no ensino escolar institucionalizado, com conteúdos previamente delimitados. Na educação formal, os objetivos estão relacionados aos processos de ensino e aprendizagem normatizados e sistematizados, principalmente, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (GOHN, 2010, p.18).

A educação formal não é o único espaço que o profissional habilitado em Pedagogia poderá ocupar. A educação não formal tem se tornado, também, um campo emergente para estes profissionais, pois, de acordo com as DCNs (2006), poderão planejar, acompanhar, coordenar, executar e avaliar projetos e experiências educativas não escolares. Para a legislação supracitada, o pedagogo pode atuar em todas as áreas que requerem trabalho educativo.

A educação não formal pode ser compreendida como uma atividade intencional, mas com baixa estruturação e sistematização, que implica relações pedagógicas sem formalidade.

A questão da metodologia ainda é grande lacuna na educação não formal. Para Gohn (2006), este é um dos pontos que merecem mais atenção, porque não tem uma sistematização *a priori*. Sua construção é processual, por isso precisa ser desenvolvida e codificada com certo grau de provisoriedade.

Tanto a educação formal como a educação não formal visam à formação do ser humano em seu aspecto integral; portanto, uma não compete nem substitui a outra. Para Gohn (2010), a educação formal deveria atuar em conjunto com a escola, complementando-a no sentido de “desenvolver os campos de aprendizagem e saberes que lhe são específicos”

Por meio de um estudo bibliográfico, identificamos a possibilidade de atuação do pedagogo em espaços diversos, onde estão presentes as educações formais e a não formal.

HORA DE REVISAR

- A Identidade do pedagogo ao longo da história foi de docência;
- A pedagogia é o estudo das técnicas da educação;
- O pedagogo é o profissional que se especializa nessa área e pode exercer diversos cargos, desde a docência na educação infantil até a coordenação pedagógica;
- Ambientes escolares é caracterizado como aquele espaço em que são previsto acesso aos conhecimentos sistematizados por meio de práticas pedagógicas também sistematizadas. Já os espaços não escolares são aqueles que é possível desenvolver uma prática de ensino, ainda que não sistematizada, mas planejada, elaborada e com uma finalidade.



UNIDADE II

O PEDAGOGO EM ESPAÇO NÃO ESCOLARES: teoria e prática.



APRESENTAÇÃO

Olá queridos alunos,

Vamos aqui, na abertura de uma nova etapa da disciplina, e já munidos dos conhecimentos adquiridos na unidade I, ampliar nossos horizontes através das reflexões e discursões acerca dos temas propostos nessa unidade: Pedagogia no Brasil, a relação da pedagogia com as demais ciências da Educação e a prática pedagógica em suas diferentes possibilidades. Vamos lá

BOM ESTUDO!

OBJETIVOS PROPOSTOS



- Conhecer sobre o papel do pedagogo em espaços não escolares;
- Trazer um panorama histórico sobre a pedagogia no Brasil;
- Discutir a relação da pedagogia com as demais ciências da educação.

INTRODUÇÃO

A formação do pedagogo contribui para que o mesmo tenha um olhar ou uma compreensão sobre as coisas capaz de humanizar os mais variados espaços por meio de projetos desenvolvidos tanto no meio escolar quanto fora dele, contribuindo para a melhoria do serviço ali ofertado.

O pedagogo pode atuar em espaços escolares e não-escolares, quer dizer, ele pode trabalhar em Empresas, Presídios, Hospitais, Espaços Assistenciais, Cemitérios, Igrejas e em muitos outros espaços.

Essa discussão é incomum no contexto da formação inicial de professores e, conseqüentemente no contexto social em geral, pois o pedagogo, na maioria das vezes, é visto como alguém que ministra aulas na educação básica nas redes pública ou privada de ensino.

Pensemos então que esta discussão aponta o currículo da graduação em Pedagogia, no currículo pode ou não prever a formação que favoreça essa atuação em espaços não-escolares, mas é certo que uma formação sólida assegura as condições necessárias para atuação desse profissional em diferentes espaços, pois a formação sólida capacita-o a pensar seu contexto de atuação e também o trabalho que ele realiza.

É ingênuo pensar que a formação inicial assegura a aprendizagem de tudo que um professore precisa conhecer teoricamente, assim, reconhecemos a importância da formação continuada nesse processo de constituição da formação e identidade do pedagogo.

Segundo Graciani (2014), mediante a atuação do pedagogo em espaços não-escolares pode-se pensar qual é o papel do pedagogo nesses espaços? é possível afirmar que o pedagogo tem um olhar amplo sobre a formação humana, quer dizer, sobre as necessidades que cada espaço pode ter no que refere a melhoria.

A área de atuação do pedagogo é ampla, ele é apto mediante a sua formação para trabalhar em outros espaços além da sala de aula. Essa prática pedagógica requer conhecimento teórico, reflexão sobre a prática e, sobretudo a compreensão da indissociabilidade teoria e prática. Assim, trabalhar com formação

de pessoas, requer uma visão problematizadora por meio de conhecimentos adquiridos no decorrer da formação.

2.1 A RELAÇÃO DA PEDAGOGIA COM AS DEMAIS CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Durante muitos anos o processo educativo foi retratado apenas como uma prática institucional voltada simplesmente à escola, onde esta seria o único lugar em que o pedagogo poderia atuar. Atualmente com a chegada da tecnologia e de uma sociedade cada vez mais inclusiva e com uma suposta igualdade social, tornou-se necessário que se pensasse em uma nova forma de educação. O processo da educação tornou-se importante não somente no meio da escola, mas também, em vários outros espaços e seu principal objetivo é a formação do homem.

Atualmente quando se fala sobre os cursos de pedagogia logo se compreende que são mais abrangentes no que nos dias mais remotos. Muitos ainda hoje têm em mente que o pedagogo é formado apenas para dar aula na Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental. No entanto, de acordo com a Resolução CNE/CP. nº 01/2006 o Pedagogo é apto a atuar em espaços escolares bem como em espaços não-escolares. Nos espaços escolares atua na função de como diretor, professor, coordenador, secretário; já nos espaços não-escolares assume funções de gestão pedagógica, correlatas a sua formação em empresas, hospitais, assistência social, presídios, ONGs, espaços agrários, entre outros.

Um processo de formação mais efetiva inclui disciplinas, como Didática Aplicada ao Treinamento, Jogos e Simulações Empresariais, Administração de Conhecimento, Ética nas Organizações, Comportamento Humano nas Organizações e Mudanças nas Organizações, Educação e Dinâmica de Grupos, Relação Interpessoais nas Organizações, Desenvolvimento Organizacional e Avaliação de Desempenho. (Ribeiro, 2008, p. 13)

A formação em Pedagogia habilita o pedagogo a trabalhar tanto na sala de aula como também em outros locais. Com a chegada da tecnologia as organizações passaram a ter uma demanda de grande conhecimento, exige mais eficiência, praticidade e qualidade dos seus colaboradores. Dessa forma, sabe-se que essas

potencialidades são mais evidentes se houver projetos de capacitação e cabe ao pedagogo levar alguns subsídios metodológicos a essas organizações. E em se tratando da relação entre a educação e as transformações tecnológicas.

Considerando-se, ainda, os vínculos entre educação e economia, as mudanças recentes no capitalismo internacional colocam novas questões para a Pedagogia. O mundo assiste hoje a intensas transformações tecnológicas em vários campos como a informática, a microeletrônica, a bioenergética. Essas transformações tecnológicas e científicas levam à introdução, no processo produtivo, de novos sistemas de organização do trabalho, mudanças no perfil profissional e novas exigências de qualificação dos trabalhadores, que acabam afetando os sistemas de ensino (LIBÂNEO, 2005, p.28).

O pedagogo tem o papel de auxiliar nas competências formando alunos pesquisadores e que auxiliem na formação de opiniões colaborando para o seu desenvolvimento pessoal e coletivo, seja em espaços escolares ou não.

Pimenta (2001) em seus estudos, discute sobre os cursos de complementação pedagógica, e ressaltar alguns indicativos para a formação do pedagogo enquanto profissional que atua como pesquisador, gestor e coordenador de vários tipos de projetos educativo, tanto na escola como também fora dela.

Pela Resolução CNE/CP. nº 01/2006 o pedagogo não será somente um professor, mas um docente, que necessita de uma formação crítico-reflexiva, conhecendo a realidade e transformando-a cada dia mais oferecendo uma educação de qualidade e de aprendizado na vida das pessoas.

A docência, palavra que tem sido bastante estudada no campo pedagógico, possui diversos significados. Para Vieira (2011), a docência tem o sentido de ampliada ou alargada, em que a mesma deve ser pensada para além do processo ensino-aprendizagem, a qual possa significar envolvimento em todas as atividades que possam ser compreendidas como trabalho educativo.

Outra característica da docência é que a mesma precisa ser polivalente, ou seja, se caracteriza pela identidade do pedagogo que precisa dominar teórica e metodologicamente todas as disciplinas relacionadas a educação Básica, pois o mesmo ministra aulas na educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, EJA, ensino especial, ensino técnico e disciplinas pedagógicas do ensino médio. Esse pedagogo precisa então de uma vasta área de conhecimento.

[...]considera que o professor polivalente seria um sujeito capaz de apropriar-se de conhecimentos básicos das diferentes áreas do conhecimento, que compõem atualmente a base comum do currículo nacional dos anos iniciais do Ensino fundamental, e de articulá-los. Dessa forma, desenvolver-se-ia um trabalho interdisciplinar (Silva, 2012, p. 2904).

Há muitos anos, em várias organizações científicas como também entre os profissionais da área da educação, têm-se discutido em todo o país, questões voltadas ao campo de atuação da Pedagogia, da identidade do pedagogo, do sistema de formação desses profissionais, da estrutura do conhecimento pedagógico, como afirma Libâneo (1999, p. 59),

Diante disso, com tantos desafios na atualidade relacionados à área da educação com mudanças na legislação, mudança nos currículos dos cursos de pedagogia, muitas são as polêmicas que giram em torno desses cursos bem como fazendo o questionamento de qual seria a sua função nos dias de hoje.

É de grande relevância que se adeque o currículo a ser desenvolvido com a formação desse novo educador, o qual necessitará acima de tudo, ser capaz de associar a ética, com a estética, a política e a prática cotidiana no seu fazer escolar, como afirma Rios (2002), ou ainda garantindo a articulação entre a docência e a gestão do trabalho administrativo, pedagógico e comunitário, os quais deverão ser desenvolvidos tanto em espaços de educação formal como em espaços de educação não formal, evitando dessa forma, que haja uma fragmentação na formação deste profissional.

A Pedagogia tem seu principal objetivo de estudo a prática educativa e essa realização não acontece apenas na escola, mas em todos os lugares. Em relação ao lugar da educação, Frison (2004, p. 88) concordando com a ideia de Rios (2002), afirma que, a escola não é o único lugar em que a educação ocorre.

Na escola, na sociedade, na empresa, nos espaços formais e não formais, escolares e não-escolares, estamos constantemente aprendendo e ensinando. Assim, como não há forma única nem modelo exclusivo de educação, a escola não é o único lugar em que ela acontece e, talvez, nem seja o mais importante. As transformações contemporâneas contribuíram para consolidar o entendimento da educação como fenômeno multifacetado, que ocorre em muitos lugares, institucionais ou não, sob várias modalidades. (Frison 2004, p. 88)

Compreende-se que a formação do pedagogo está relacionada de forma direta às transformações dos dias atuais, tendo seu principal foco no desenvolvimento

humano, no trabalho com toda a equipe, no aprofundamento das teorias, dando ênfase aos estudos relacionados ao ensino e aprendizagem, bem como às estratégias de ensino, pois esses devem ser os principais objetivos do pedagogo em sua atuação.

O pedagogo, assim, é um agente educacional nas organizações e sua função é a concretização da educação dentro dos interesses empresariais de cada momento específico. Estabelece-se na organização como um profissional que agrega valores, juntamente com outros profissionais. Acompanha todo o desenvolvimento profissional dos colaboradores e seu desempenho viabiliza cursos internos e externos, técnicos ou comportamentais. (KOWALCZUK; VIEIRA, 2011, p.12.468).

A atuação do pedagogo nas diversas instituições deve acontecer de forma a garantir uma boa relação nas organizações em que está atuando, e suas atividades devem valorizar a formação dos demais profissionais de forma que todos contribuam para o bom desenvolvimento tanto da empresa como também do ser humano em geral.

Com base nas pesquisas realizadas, entende-se que o pedagogo pode sair de sua formação apto a trabalhar nos mais diferentes locais de serviço e não somente em sala de aula. É necessário que o mesmo tenha um olhar diferenciado e saiba escutar de maneira instigadora, ou seja, não importa o lugar onde o pedagogo esteja atuando, mas o que importa é que, por onde passar, o mesmo saiba fazer a diferença, às vezes com o pouco que tiver, mas que saiba fazer grande mudança contribuindo para o bem estar das pessoas e da sociedade em geral.

2.2A FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS NO BRASIL: historicidade e legislação vigente.

Este texto é um recorte da tese de doutoramento em educação da autora **Andréa Kochhann**. A discussão sobre formação de professores/pedagogos passa, segundo Saviani (2013), pelo século XIX, quando as mudanças econômicas, religiosas e políticas nos países da Europa e norte-americanas, fomentaram a universalização da instrução, com a constituição de sistemas nacionais de ensino. Com essa tessitura, foi se configurando modelos de formação de professores e a designação de que as universidades cuidariam da formação de professores

secundários e as Escolas Normais dos professores primários. Essa configuração influenciou o Curso de Pedagogia no Brasil.

Ao buscar compreender o processo de formação docente, em especial, do pedagogo, é notório olhar o passado para uma (re)constituição histórica no sentido de clarificar alguns elementos estruturante nos currículos e nas práticas dos docentes formadores de professores, os quais são reflexos das políticas educacionais, constituídas pelo movimento do capital e influenciadas por concepções estrangeiras, como toda educação e universidade brasileira.

As ideias pedagógicas do Brasil, os momentos distintos das fases da Universidade brasileira, a intensificação e a precarização do trabalho docente, influenciam na configuração da formação docente, e no caso dessa pesquisa, na formação do pedagogo.

Quando analisamos os 5 (cinco) fatos históricos e legais relacionados ao curso de Pedagogia, tais sejam: 1– criação do curso em 1939, 2– Parecer CNE/CP n. 251 em 1962, 3– Parecer CNE/CP n. 252 em 1969, 4– Constituição Federal de 1988 e a LDB de 2006 e, 5– Resolução CNE/CP n. 01 em 2006. Importante lembrar que nenhuma das ideias pedagógicas e das fases da Universidade objetivaram a emancipação dos sujeitos, seja pela eliminação da propriedade privada seja pela formação omnilateral, devido a concepção técnica de currículo, quiçá em tempos atuais essa concepção possa vir a ser crítica e para a docência em espaços escolares e não-escolares.

2.3 CRIAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL EM 1939: concepção técnica

Os antecedentes a 1939 foram importantes para entender a criação do Curso de Pedagogia. Um antecedente importante foi o Ato Adicional de 1834, que colocou a formação primária sob responsabilidade das províncias e, na concepção de Saviani (2008c, p. 14), “[...] estas tenderam a adotar, para a formação de professores, a via que vinha sendo seguida nos países europeus: a criação de Escolas Normais.”. Estas que viriam mais tarde concorrer com os Cursos de Pedagogia. Concorrência que só foi resolvida em 2006.

A chamada Década de 1920, como sendo a Década do Debate, contribuiu para a elaboração do Manifesto dos Pioneiros da Educação, em 1932, que foi outro

antecedente importante. Os signatários defendiam que os professores deveriam ter formação universitária. Isso se configurou com base nas mudanças sociais que o Brasil estava passando. O capital estava se modificando de uma sociedade rural e agrária para uma sociedade industrial e urbana. Foi à urbanização e a industrialização do capital que exigiram novas formas de pensar a educação como uma questão nacional.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação, de 1932, apresentava a necessidade de um olhar mais profundo quanto à formação de professores. Fernando de Azevedo aponta nesse documento que o educador deve estar interessado tanto na determinação dos fins educacionais quanto no meio de poder realizá-los, bem como de conhecer os homens e a sociedade para poder perceber a realidade, desse modo trabalhará a sua visão para entender o todo.

Apesar do Manifesto de 1932, as mudanças que ocorreram no tocante à formação de professores permaneceram voltadas para o atendimento ao capital, momento em que o país se industrializava, fomentando a formação pela concepção técnica e da epistemologia da prática, mesmo porque houve a entrada da Escola Nova no Brasil. Durante esse momento da história, surgiram várias discussões e também mudanças no que diz respeito à educação devido aos ideais pedagógicos que eram baseados nos ideários escola novistas.

Nesse contexto, criou-se o Curso de Pedagogia, pelo Decreto – Lei n. 1.190, de 4 de abril de 1939, com a organização da Faculdade Nacional de Filosofia a qual se transformou em Universidade do Distrito Federal. Em 1939, o curso de Pedagogia tinha uma padronização a qual era decorrente da concepção que regulamentava todas as licenciaturas no modelo 3 + 1. Retomando Cunha (1980, 1988) o surgimento do curso de Pedagogia se contextualizava no final da Universidade Temporã e início da Universidade Crítica, em que houve uma aglomeração das faculdades e institutos como Universidades.

Machado (2013), alega que esse curso tinha como objetivo primeiro, formar licenciados e bacharéis em diversas áreas e a única diferença entre o pedagogo bacharel e o pedagogo licenciado era que o bacharel se formava em três anos como Técnico da Educação e optando por mais um ano de estudos de Didática, o mesmo teria título de licenciado em Pedagogia, o que lhe dava o direito de exercer a profissão de professor.

2.3 MUDANÇAS NO CURSO DE PEDAGOGIA PELO PARECER CNE/CP N. 251 EM 1962: concepção técnica

A historicidade do curso de Pedagogia dessa época, que as ideias pedagógicas tecnicista dominam, aponta para um curso de bacharelado, cabendo aos cursos das Escolas Normais formar o professor primário. Salvo se o estudante fizesse um ano de didática, pois, receberia o diploma de licenciado. Eis questões que promoveram polêmicas e denunciava uma formação tecnicista do pedagogo.

O curso de pedagogia foi definido como um curso de bacharelado ao lado de todos os outros cursos das demais seções da faculdade. O diploma de licenciado seria obtido por meio do curso de didática, com a duração de um ano, acrescentado ao curso de bacharelado. (SAVIANI, 2008c, p. 39). A tendência tecnicista foi reforçada com a aprovação da LDB 4.024/1961, pois a mesma, de certa forma, desqualificava o curso de Pedagogia. Essa lei trouxe reflexos negativos para o Curso de Pedagogia, pois de acordo com Firmino (2005) 'oficializava uma política de desqualificação docente ao determinar que para o exercício do magistério seria necessário somente o registro em órgão competente, concedido mediante exames de suficiência (Art.61)'. (MACHADO, 2013, p. 31).

Para tentar superar essa problemática é criado o Parecer n. 251/1962, que apresentava o currículo mínimo de formação dos pedagogos e o tempo mínimo para essa formação. Esse Parecer procurou superar a dicotomia 3+1, do Padrão Federal. Porém, não foi o suficiente para superar os problemas, tendo ainda uma formação do pedagogo de caráter tecnicista. Isso porque a identidade do pedagogo, bem como as discussões que permeavam o campo de atuação dos pedagogos não foi colocado em debate.

Com essa tessitura o profissional da pedagogia não era assegurado pela legislação enquanto o profissional, já que bastava um exame de proficiência para assumir cargos, que deveria ser designada apenas a ele, por ser formado.

Eis que se inauguram as discussões de extinção ou permanência do recém-criado curso de Pedagogia, pois segundo Saviani (2008c, p. 42) "O texto tece considerações sobre a indefinição do curso; refere-se à controvérsia relativa à sua manutenção ou extinção;

Pelo Parecer n. 251/1962, segundo Silva (2006, p. 16), o curso de pedagogia destina-se à formação do 'técnico em educação' e do professor de disciplinas pedagógicas do curso normal, através do bacharelado e da licenciatura, respectivamente.

É preciso esclarecer que esse Parecer não realizou nenhuma referência quanto ao campo de trabalho do pedagogo, nem tampouco especificou a identidade do profissional que formava. Mediante Machado (2013) o Parecer nº 251/1962 26 estabeleceu superar o padrão da dicotomia federal, mas mesmo apresentando um currículo mínimo e estabelecendo o tempo de duração do curso de Pedagogia, os problemas não foram superados, já que não foi discutido a identidade do pedagogo e tão menos o campo de atuação desse profissional.

2.4 MUDANÇAS NO CURSO DE PEDAGOGIA PELO PARECER CNE/CP N. 252 EM 1969: concepção técnica

A sociedade brasileira passou durante a década de 1960 um período conturbado. Em 1964, ocorre o Golpe Civil Militar. Os militares assumem o poder brasileiro, o que provoca mudanças radicais em vários setores, inclusive na educação, como afirma Saviani (2008c). Vários movimentos estudantis compuseram esse cenário e uma das reivindicações era a Reforma do Ensino Superior.

Em 1968, a Reforma do Ensino Superior é oficializada pela lei fragmentária n. 5.540 mas, não solucionou os empasses do curso de Pedagogia, a tal ponto que novamente Valnir Chagas elabora um Parecer, agora o n. 252/1969, que dizia superar a dicotomia entre bacharelado e licenciatura, pois o diplomado em Pedagogia seria licenciado. Contudo, efetiva habilitações, permanecendo um caráter tecnicista da formação do pedagogo.

Ao que parece, o problema do encaminhamento que se deu à questão do curso de pedagogia reside numa concepção que subordina a educação à lógica do mercado. Assim, a formação ministrada nas escolas deveria servir à produtividade social, ajustando-se, o mais completamente possível, às demandas do mercado de trabalho que, por sua vez, são determinadas pelas leis que regem uma sociedade de mercado como esta em que vivemos. (SAVIANI, 2008c, p. 50)

Para Silva (2006, p. 26), o Parecer n. 252/1969 “cria habilitações para a formação de profissionais específicos para cada conjunto dessas atividades, fragmentando a formação do pedagogo”. Assim, o pedagogo seria licenciado, mas habilitado para diversas áreas.

O pedagogo poderia ser formado nas habilitações administração, supervisão, orientação educacional e inspeção, atuando fora da sala de aula ou habilitação para a sala de aula. Demonstrando seu caráter tecnicista de formação e consequentemente de atuação.

Gadotti (2010, p. 71) apresenta que nesse momento “A formação do pedagogo, que já era insipiente, deixou de ser tomada de consciência dos problemas educacionais para se tornar puro treinamento.”. Eis a identidade de pedagogo da época.

Salienta-se que no período em que as habilitações eram o foco de formação do curso de Pedagogia, dentre tantas, havia a habilitação em Movimentos Sociais, que de forma indireta se vincula às atividades de extensão universitária.

As habilitações no curso de Pedagogia fomentaram uma fragmentação do trabalho pedagógico e isso proporcionou uma série de críticas em relação a formação do pedagogo, durante a década de 1970 e 1980. Tanto que a ANFOPE, defendeu o movimento para a reformulação do curso, no sentido de acabar com as habilitações.

Até o fim da Ditadura Militar, ainda foram oficializadas mais duas leis fragmentárias. Uma tratando do ensino de 1º e 2º graus e a outra tratando do 2º grau profissionalizante. O fim da década de 1970 e início da década de 1980 foi um período tumultuado e que encaminhou para a reabertura política em 1985. Com a Nova Democracia no Brasil, seria necessária uma nova constituição. Assim, se efetivou em 1988 a Nova Constituição Brasileira.

2.5 MUDANÇAS NO CURSO DE PEDAGOGIA PELA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E LDB DE 1996: concepção técnica ou crítica

Várias questões foram abordadas por esta Constituição, inclusive em relação a nova concepção atribuída à Educação Infantil enquanto uma etapa da Educação Básica, de direito de crianças de 0 a 6 anos, agora ofertada por instituições educativas e não mais por assistencialistas. A nova Constituição também atribuiu obrigatoriedade de atendimento educacional especializado para

portadores de deficiência. Isso implicava em ter profissionais formados para atuar nesse nível escolar e nessa modalidade de ensino.

Com as leis educacionais eram reflexos do período militar, também se fazia necessário uma nova lei educacional, que apresentasse as proposituras para uma educação democrática.

Assim, surge a LDB n. 9.394/1996, que gerou polêmica em relação ao curso de Pedagogia. O curso de Pedagogia é citado nessa LDB, principalmente dos seus artigos 62, 63 e 64 que tratam da formação de professores, em especial da formação do pedagogo.

O Art. 62 trata da responsabilidade de Institutos Superiores e das Universidades sobre a formação de professores. Esse artigo da LDB aborda a formação de professores pelo Normal Superior nos Institutos.

Art. 62 A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro séries do ensino fundamental, a ser oferecida em nível médio, na modalidade Normal (BRASIL, 1996, art. 62)

O Art. 63 institui que os Institutos Superiores de Educação ofereçam o Curso Normal Superior enquanto responsável pela formação de professores para a Educação Infantil e para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Assim, entende-se que o curso de Pedagogia poderia ser extinto sem prejuízo para a formação de professores.

Art. 63 Os institutos superiores de educação manterão; cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental (LDB n.º. 9394/96) (BRASIL, 1996, p. art.63).

O Art. 64 apresenta que os profissionais de educação para a área de gestão seriam formados em cursos de Pedagogia ou em pós-graduação. Mais uma vez a interpretação desse artigo provoca o entendimento de que poderia ser extinto o curso de Pedagogia.

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional (BRASIL, 1996, art. 64).

Educadores de todo Brasil, se reuniram para discutirem a nova LDB e sua implicação para o futuro do curso de Pedagogia. Se para atuar na sala de aula, poderia cursar o Normal Superior e para a área de gestão poderia cursar pós-graduação, de fato, não haveria necessidade do curso de Pedagogia.

A interpretação da LDB aponta uma suposta extinção do curso de Pedagogia, esse fato foi contestado pelos representantes da ANFOPE, por demais entidades e profissionais da educação, a tal ponto de ser formada uma comissão de especialistas para elaborarem projetos de regulamentação do curso de Pedagogia.

A ANFOPE (2004, p. 29) defende que “[...] o curso de pedagogia forma o pedagogo, profissional da educação que entende do fenômeno educativo de maneira profunda, e que poderá atuar também para além da docência em outros espaços e funções educativas.”, o que exige uma nova concepção de formação do pedagogo e da licenciatura, devido ao conceito dado à docência, que vai para além do ministrar aulas.

Nessa esteira das discussões surgiram a Resolução CNE/CP n.1/2002 e a Resolução CNE/CP n. 2/2002, que de acordo com Limonta (2009) tratam da formação de professores. A Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, institui Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a formação de professores da Educação Básica em nível superior e cursos de Licenciatura. A Resolução CNE/CP nº2, de 19 de fevereiro de 2002, institui a duração e a carga horária dos cursos de Licenciatura. Mas, as referidas resoluções não foram homologadas.

Ao longo de uma década, após a homologação da LDB, vários debates foram travados e vários projetos foram elaborados e discutidos, visando regulamentar a identidade profissional do pedagogo. Profissional este que desde a criação de seu curso, não tinha sua identidade reconhecida e agora com a LDB sofria a possibilidade de ser extinto.

2.7 MUDANÇAS NO CURSO DE PEDAGOGIA PELA RESOLUÇÃO CNE/CP N. 01 EM 2006: concepção crítica

De acordo com Machado (2013, p. 40) “No período entre 1996-2006 efervesceram os debates sobre a identidade do pedagogo e dos professores de modo geral. Muita discussão fora travada ao longo dessa década, que visava normatizar definitivamente os cursos de formação de professores”. A consequência dessa luta frutificou, em 2005, várias propostas no formato de Pareceres para o Curso de Pedagogia, sendo que, vinte e dois projetos foram analisados. Em dezembro de 2005, foi aprovado o Parecer n. 05/2005 que normatizaria o curso de Pedagogia.

O Parecer n. 05/2005 do curso de Pedagogia foi questionado por não apresentar concordância com a LDB n. 9.394/1996 quanto à formação para a gestão educacional em cursos de pós-graduação *latu senso*.

Os defensores das diretrizes do curso de Pedagogia reivindicaram que o pedagogo fosse dispensado do curso de pós-graduação *latu senso* para assumir cargos de gestão. Como foi aceita a reivindicação, novo Parecer foi redigido e colocado em análise no início de 2006.

O Parecer n. 03/2006 era em suma o Parecer n. 05/2005 com a alteração do artigo que concedia ao pedagogo a formação durante a graduação do curso de Pedagogia para a gestão educacional, enquanto os outros licenciados deveriam cursar uma pós-graduação *latu senso* na referida área.

Dessa forma, em consonância com os ideais dos educadores e da ANFOPE e após as mudanças no Parecer n. 03/2006, foi homologado as DCNs para o Curso de Graduação em Pedagogia, como Resolução CNE/CP n. 01/2006.

Após várias idas e vindas, foi aprovado, em 13 de dezembro de 2005, pelo CNE, o Parecer CNE/CP n. 5/2005 (Brasil, CNE, 2005), reexaminado pelo Parecer CNE/CP n. 3/2006, aprovado em 21 de fevereiro de 2006 e homologado pelo ministro da Educação em 10 de abril de 2006 (Brasil, CNE, 2006). (SAVIANI, 2008c, p. 64)

A intenção dos defensores dessa Resolução era de superar a formação tecnicista do pedagogo, de formação por um currículo fragmentado, que seguia o modelo da epistemologia da prática. Primavam por apresentar a construção de uma identidade e atuação de maneira crítica, com uma formação com base em um

currículo mais interdisciplinar, flexível e crítico, que pode vir a ser pela epistemologia da práxis. O que possibilita dizer que a Resolução CNE/CP n. 01/2006 poderia não atender aos interesses do capital, mas da qualidade da formação do pedagogo ou seria ela a mais pura representação do neoliberalismo educacional.

Destarte, a Resolução CNE/CP n. 01/2006, com os seus 15 artigos que regulamentou o curso de Pedagogia quanto a identidade, a função, o currículo e outros elementos inerentes ao curso. O art. 2º apresentou as diretrizes e confirmou em seu parágrafo primeiro que a docência é um processo amplo, complexo e dialógico.

§ 1º Compreende-se a docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo. (CNE/CP n. 01/2006).34

O segundo parágrafo desse mesmo artigo, evidencia a necessidade de estudos de caráter teórico e prático sem uma fragmentação, com um domínio de várias áreas da ciência, para que possibilite a reflexão crítica por vias da investigação ou pesquisa para que o acadêmico tenha condições de atuar com as atividades educativas e não somente escolares.

No tocante a formação do pedagogo pelas vias da pesquisa e da extensão, o item II do Art. 3 da Resolução, discute que a importância da pesquisa e da possibilidade de levar até a comunidade os resultados da pesquisa e isso, pode ser por ações extensionistas. O Art. 4º da citada Resolução, apresenta que as atividades docentes também compreendem outros espaços formativos, que não a sala de aula, para que tenham essas experiências pela unidade teoria e prática em espaços não-escolares.

II – Planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares; III – produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares. (CNE/CP n. 01/2006).

O Art. 5º da Resolução apresenta que o egresso do curso de Pedagogia precisa estar apto ao final do curso para determinadas ações e para tal apontamos que seja necessário que o currículo seja escrito e praticado considerando não

somente o cumprimento das disciplinas curriculares, mas também das outras possibilidades de formação de professores e de outros espaços formativos, que não somente as escolas e as salas de aula, principalmente porque o artigo se refere à prática profissional em outros espaços não-escolares, o que demanda uma formação que pode ocorrer pelas vias das atividades extensionistas, vinculadas ao currículo, seja enquanto programa ou projeto de extensão independente ou correlaciona a prática pedagógica ou ao estágio supervisionado obrigatório ou extra curricular.

O egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a inúmeras atividades que necessitam de domínio teórico e prática, ou como defendemos prático – unidade teoria e prática, bem como domínio de conteúdo e forma, por conhecimentos específicos e didático-pedagógicos, para atuar tanto em espaços escolares como não-escolares.

Para isso, é necessário compreender como está o processo formativo nas Universidades e se os currículos dos cursos atendem a esse perfil de egresso previsto na Resolução. Caso não atenda é importante que os pares realinhem o currículo.

Saviani (2009a) apresentou que a esse dilema ainda está por ser superado e que o começo da superação desse dilema está na elaboração de um currículo que pense na unidade teoria e prática, unidade conteúdo e forma.

Art. 5º O egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:

- I – atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- II – compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;
- III – fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

- IV – trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo
- V – reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
- VI – ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- VII – relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- VIII – promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- IX – identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- X – demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
- XI – desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- XII – participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- XIII – participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;
- XIV – realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunose alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não-escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;

XV – utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;

XVI – estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

§ 1º No caso dos professores indígenas e de professores que venham a atuar em escolas indígenas, dada a particularidade das populações com que trabalham e das situações em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão:

I – promover diálogo entre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias à cultura do povo indígena junto a quem atuam e os provenientes da sociedade majoritária;

II – atuar como agentes interculturais, com vistas à valorização e o estudo de temas indígenas relevantes.

§ 2º As mesmas determinações se aplicam à formação de professores para escolas de remanescentes de quilombos ou que se caracterizem por receber populações de etnias e culturas específicas. (BRASIL, 2006).

Pela análise dos 16 itens que apresentam o perfil do egresso do curso de Pedagogia se percebe claramente a necessidade de um domínio da teoria e da prática, do conteúdo e da forma. Pensando no processo formativo do acadêmico para que ele alcance os devidos conhecimentos que devem configurar seu perfil, é importante analisar o currículo do curso, pois este delineia este perfil.

O currículo escrito pode não ser praticado. Mediante a pré-ideação do currículo, se elaborado pelos pares institucionais, é possível compreender como pode vir a ser o perfil do egresso, considerando elementos básicos que configuram o trabalho pedagógico.

Já o Art. 6º das DCNs apresenta a estrutura do curso de Pedagogia que deverá organizar seu currículo de forma a atender I – um núcleo de estudos básicos, II – um núcleo de aprofundamento e diversificação e III – um núcleo de estudos integradores. Os três núcleos demandam de um conhecimento teórico-prático aprofundado, complexo e diversificado nas áreas do conhecimento, envolvendo espaços escolares e não-escolares. Para tal, é importante que o currículo apresente quais atividades podem ser realizadas para alcançar esses conhecimentos.

A Resolução aponta no Art. 7º a carga horária mínima para o curso de 3.200 h, distribuídas em 2.800 h às atividades formativas, 300 h de Estágio Supervisionado e 100 h de atividades de aprofundamento. Incoerente na Resolução é o que a mesma apresenta sobre extensão universitária, visto estar alocada como atividade complementar. Incoerente, porque quando a Resolução foi lançada em 2006,

O PNE (2001) já apresentava a extensão como componente curricular, mas pelo que aparenta é que não houve uma relação entre o PNE e a Resolução.

Assim, é importante analisar o currículo do curso *locus* da pesquisa no tocante à como está organizada didaticamente as horas do curso de Pedagogia, visto que o PNE (2014 – 2014) e PNEU (2011 – 2020) abordam sobre a obrigatoriedade de no mínimo 10% da carga horária total em atividades de programas e projetos de extensão, o que corresponde a 320 h das 2.800 h das atividades formativas e não como parte das 100 horas de atividades complementares.

A integralização dos estudos formativos consta do Art. 8º e se apresenta basicamente por 4 eixos: I – disciplinas, II – práticas de docência e gestão educacional, III – atividades complementares e IV – estágio curricular. Esses eixos se referem tanto a espaços escolares como não-escolares e fazem menção a serem cumpridos pelas vias da extensão universitária, apesar da contradição de considerar a extensão como elemento das atividades complementares.

De certa forma denota que a elaboração da Resolução CNE/CP n. 01/2006 está em consonância com os documentos legais, mas precisa ter um espaço definido no currículo que não seja atividades complementares, pois é uma atividade formativa.

Assim, entendemos que a extensão universitária deveria ter um eixo próprio ou o eixo II ser modificado para práticas de docência e gestão educacional, amparadas por atividades indissociadas entre pesquisa, ensino e extensão e pela unidade teoria e prática. Além de que o currículo do curso de Pedagogia das IES precisa explicitar as atividades em outros espaços formativos e não somente a sala de aula. O que pode ser pelas ações extensionistas.

Isso porque como a Resolução CNE/CP n. 01/2006 apresenta a formação do pedagogo tendo à docência como sua base e que não se limita ao espaço escolar e, considerando o PNE (2014-2024) e a Resolução CNE/CP n. 02/2015 que trata das licenciaturas, entendemos que a extensão universitária pode compor de forma

qualitativa e efetiva a formação de professores e, possibilitando uma formação preocupada com as questões sociais e uma humanizadora.

A Resolução CNE/CP n. 02/2015 apresenta a defesa da formação para a docência dos profissionais da Educação Básica e em seu Art. 3 Parágrafo 5 traz que um dos princípios dessa formação deve ser com “V – a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;”.

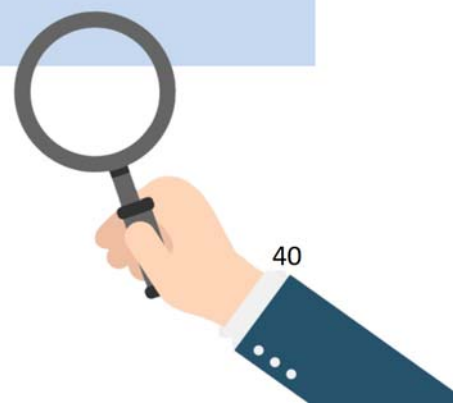
A docência como base de formação do pedagogo não se resume em atuação escolar e nem somente pelo ensino. É preciso compreender a docência como trabalho pedagógico, que pode ser realizado em espaços sociais, sejam escolares e não-escolares.

Pensando em favorecer a formação do pedagogo para a docência, como defende a ANFOPE ao lutar pela consolidação da Resolução CNE/CP n. 01/2006 e Resolução CNE/CP n. 02/2015, e esses documentos legais aqui apresentados, defendemos uma formação docente mais humana, unilateral e emancipadora.

HORA DE REVISAR*

As possibilidades de atuação do pedagogo em espaços não escolares são várias. Entre elas estão a gestão de conhecimento, comportamento humano nas organizações, projetos culturais, relação interpessoais no trabalho e outros espaços comuns ao aspecto humano.

O curso de pedagogia, propriamente dito, surgiu em 1939, na Universidade Brasil, dentro da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Entretanto, a formação para a docência nas series iniciais, antigo primário, iniciou-se em 1835 no Rio de Janeiro, com a chegada da Escola Normal no período Regencial.



UNIDADE III

O PEDAGOGO E AS POSSIBILIDADES NOS DIFERENTES ESPAÇOS NÃO ESCOLARES.

P
E
D
A
G
O
G
O



APRESENTAÇÃO

Olá caros alunos!

Chegamos à terceira etapa de nossos estudos, espero que tenham logrado êxito nas duas etapas anteriores, certa que sem iniciemos então a nossa unidade II.

Nesta unidade o foco está nas diversas possibilidades de atuação do pedagogo, ratificando assim a estreita ligação entre o pedagogo e os espaços não escolares.

Vamos estudar.

Bom estudo



OBJETIVOS PROPOSTOS

- Descobrir as diversas possibilidades de atuação do pedagogo nos espaços não escolares de educação;
- Conhecer a atuação do pedagogo nas diversas área;
- Analisar a atuação do pedagogo.

INTRODUÇÃO

O pedagogo é um profissional capacitado para atuar em diversos ramos, já que ele é graduado de forma diversificada, uma vez que, sendo assim, se qualifica para exercer suas habilidades de condução ao saber em qualquer meio ao qual o indivíduo esteja inserido. Tem sua formação acadêmica na ciência da educação e, sendo assim, pode atuar em diferentes espaços de nossa sociedade, pois a educação é cabível e indispensável em todo e qualquer lugar.

A Educação é uma mola propulsora. O mais comum é que, através dela, o indivíduo consiga atingir o sucesso em vários âmbitos da sua vida, principalmente no profissional. Mas ela não pode ser estanque, precisa correr livre, movimentando-se freneticamente. Dessa forma, o indivíduo está em constante processo de aprendizagem em todos os contextos da sua vida.

Segundo Holtz, (2006), é possível afirmar que o especialista em Pedagogia, ou seja, os pedagogos devem estar aptos para atuar em qualquer espaço socioeducativo formal ou não formal, pois esse profissional trabalha com a educação na integralidade do ser humano. De acordo com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), no artigo 22.

De acordo com a LDB, a finalidade da educação é desenvolver o educando, sendo assim pressupõe-se que a educação está inserida em todos os âmbitos sociais e é direito de todos para o exercício da cidadania, para a formação do indivíduo, construtor de conhecimentos.

No decorrer de sua graduação, o profissional de pedagogia se capacita para intermediar ações educacionais, essas ações podem ser aplicadas no âmbito escolar (instituições de ensino públicas e privadas) e não escolar (empresas, hospitais, residências).

De acordo com Freire, 2011, *a prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o*

fazer. Nesta perspectiva, percebe-se que a prática docente está em constante reverberar, onde mudanças ocorrem de forma constante, levando este educador se autoanalisar constantemente, para assim então atuar agindo e refletindo em suas práticas.

O mercado de trabalho para Pedagogos está cada vez mais amplo e diverso. Este profissional pode atuar em editoras, ONGs, brinquedotecas, centros de reabilitação de jovens e adolescentes, empresas, hospitais e até mesmo em fóruns ou tribunais de justiça, integrando as equipes técnicas ou multidisciplinares.

Os desafios para o Pedagogo são enormes, principalmente no que se refere ao seu processo de formação e aperfeiçoamento. Assim, existem diversas oportunidades que estão começando a surgir para este profissional.

Seu papel não se resume simplesmente em coordenar treinamentos, elaborar planos, metas, avaliar os cursos de relações humanas. As empresas querem mais que isso! Elas querem um aliado, um representante, que crie estratégias para que cada colaborador se perceba como peça importante para a instituição.

O Pedagogo, no exercício de sua função, precisa trabalhar em equipe. Dessa forma, suas atividades são desenvolvidas no contato com as pessoas e setores da empresa. Assim também, ele está presente na elaboração e/ou reestruturação de documentos que registrem e organizem os processos de pessoal.

Agora que você já entendeu como o Pedagogo pode contribuir na formação de pessoas e organizações, vamos deixar listadas as áreas que mais se destacam com a presença deste profissional. Confira um pouco mais sobre a atuação da pedagogia em espaços não-escolares!

3.1 PEDAGOGIA HOSPITALAR

O Pedagogo hospitalar tem um importante papel dentro dos hospitais e clínicas. Sua finalidade é acompanhar a criança ou adolescente que está internado, ou realizando algum tipo de tratamento. Dessa forma, o pedagogo é responsável por acompanhar este paciente no período de ausência escolar. Ele tem, também, como proposta, a intervenção terapêutica no resgate à alegria e a autoestima que, muitas vezes, são perdidos devido à doença e à hospitalização.

3.2 PEDAGOGIA EM NÚCLEOS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Nesta área, o Pedagogo trabalha as práticas pedagógicas que acontecem na organização e dinâmica da Educação a Distância (EAD). Ou seja, ele é responsável pela elaboração da sala de aula virtual; pela escolha dos conteúdos e metodologias e elaboração das atividades.

É preciso pensar na diversificação das ferramentas de aprendizagem, como a criação das avaliações e os processos das relações educativas virtuais: professor-aluno; tutor-aluno; aluno-aluno; professor-conteúdo; aluno-conteúdo; professor-tutor.

3.3 PEDAGOGIA EM AGÊNCIAS OU ESPAÇOS DE TURISMO

A atuação deste profissional no campo do turismo está relacionada a projetos e funções de recreação. Assim também, pode ter sua presença em acompanhamentos durante ocasiões e atividades de lazer e entretenimento, como excursões, passeios e visitas escolares; acampamentos.

3.4 PEDAGOGIA EMPRESARIAL

As possibilidades de atuação do Pedagogo nesta área são várias. Entre elas estão a gestão do conhecimento; comportamento humano nas organizações; projetos culturais; cultura organizacional; gestão do processo da qualidade e produtividade; relações interpessoais no trabalho e outros espaços comuns ao aspecto humano.

O quadro abaixo mostra de forma resumida as ações do pedagogo nos diferente espaços:

Espaços de Formação e Atuação	Ações Desenvolvidas	Objetivos
--------------------------------------	----------------------------	------------------

do Pedagogo		
Escola	Participação na organização e gestão da escola, através de atividades que englobam a seleção e organização dos conteúdos, das formas de estimulação e motivação, do espaço físico e ambiental, dos instrumentos de avaliação da aprendizagem, reduzindo as dificuldades de aprendizagem.	Favorecer a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos em seu aspecto social e cognitivo. Coordenar, implementar no estabelecimento de ensino, as diretrizes definidas no Projeto Político-Pedagógico e no Regimento Escolar; auxiliar o corpo docente, gerenciar e supervisionar o sistema de ensino favorecendo a melhoria da aprendizagem dentro da escola de forma integral.
Instituição Hospitalar	Através de uma triagem sobre a situação do paciente, o pedagogo por meio de ações e intervenções busca desenvolver atividades lúdicas e recreativas que ajudem a criança hospitalizada a construir um percurso cognitivo, emocional e social para manter uma ligação com a vida familiar e a realidade no hospital.	Favorecer o processo de socialização da criança; dar continuidade aos estudos daquelas que se encontram afastadas da escola; oferecer atendimento emocional e humanístico para a criança e para o familiar que o acompanha, a fim de ajudá-los no processo de adaptação ao ambiente hospitalar e motivá-los no processo de recuperação do paciente.
Empresas	Planejar, desenvolver e administrar atividades relacionadas à educação na empresa; elaborar e desenvolver projetos; coordenar a atualização em serviço dos profissionais da empresa; planejar e ajudar no desempenho profissional dos funcionários da empresa.	Preparar os profissionais que atuam na empresa e qualificá-los para lidar com várias demandas, com incertezas, com várias culturas ao mesmo tempo, motivando-os a crescer e a produzir mais dentro da própria empresa.
Meios de Comunicação	Assessorar na difusão cultural e na comunicação de massa.	Elaborar estratégias, atividades e instrumentos que permitam o aprendizado através dos meios de comunicação.
Sindicatos	Atuar fazendo o planejamento, coordenação e execução de projetos de educação formal de qualificação e requalificação.	Qualificar e requalificar o trabalho, habilidades e competências dos seus associados no mercado de trabalho.
Turismo	Desenvolver atividades educativas que visem ao conhecimento de uma localidade, acompanhada de sua história e cultura.	Contribuir no aprendizado sobre o multiculturalismo, valorizando as diversidades culturais e favorecendo a construção de uma consciência de preservação ecológica.
Museus	Desenvolver atividades educativas dentro desse espaço, juntamente com uma equipe interdisciplinar.	Proporcionar aos visitantes a compreensão da importância da memória cultural e da sua relação com a atualidade.

HORA DE REVISAR

- As possibilidades de atuação do pedagogo em espaços não escolares são vasta. Entre elas estão a gestão do conhecimento; comportamento humano nas organizações; projetos culturais
- O pedagogo hospitalar é uma figura comum em hospitais especializados em tratamento de crianças e adolescentes, mas podem estar presente em diversos centros de saúde;
- A proposta da pedagogia empresarial é trazer conceitos pedagógicos para desenvolver colaboradores de uma empresa no âmbito profissional e pessoal.



REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. da S. et al. Diretrizes curriculares do curso de pedagogia no Brasil: disputas de projetos no campo da formação do profissional da educação. Educação & Sociedade, Campinas, v.27, n.96, out. 2006

BRASIL. Ministério da Educação. Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações. / Secretaria de Educação Especial. – MEC. Disponível em:
<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000423.pdf>> Acesso em 07 set. 2016.

BRASIL. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO DE PEDAGOGIA. Parecer 5/2005. Projeto de Resolução. Ministério de Educação; Conselho Nacional da Educação. Aprovada em 13 de dezembro de 2005.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em 07 set. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer 252, de 11 de abril de 1969.

DIASDECARVALHO, A. Epistemologia das ciências da educação. Porto: Edições Afrontamento, 1996.

FIREMAN, M. D. O trabalho do pedagogo na instituição não escolar. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2006.

FRANCO, M. A. S. Pedagogia como ciência da educação. Campinas: Papirus, 2003.

HOLTZ, Maria Luiza Marins. LIÇÕES DE PEDAGOGIA EMPRESARIAL. Disponível em: <http://www.mh.etc.br/documentos/licoes_de_pedagogia_empresarial.pdf> Acesso em 03 set. 2016.

HOUSSAYE, J. Pedagogia: justiça para uma causa perdida? In: HOUSSAYE, J. et al. Manifesto a favor dos pedagogos. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

BRASIL, LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional : lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação, Edições Câmara 2010.

LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. Curitiba: Editora da UFPR, n. 17, 2001.

LIBÂNEO, José C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, jan./mar. 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. Ainda as perguntas: o que é pedagogia, quem é o pedagogo, o que deve ser o curso de Pedagogia? In: PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2002. p. 59-98.

LIBÂNEO, J.C. Educação escolar; Políticas, estrutura e organização. São Paulo, Cortez, 2004.

MAZZOTTA, M.J.S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. Disponível em:
<[http://efpava.cursos.educacao.sp.gov.br/Resource/4163/Assets/](http://efpava.cursos.educacao.sp.gov.br/Resource/4163/Assets/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Especial/pdf/Modulo%2007/ede_m07t33.pdf) Educa%C3%A7%C3%A3o%20Especial/pdf/Modulo%2007/ede_m07t33.pdf> Acesso em 23 out. 2016.

MIALARET, G. As ciências da educação. 2ªed. Lisboa: Moraes Editores, 1980.

NÓVOA, A. As ciências da educação e os processos de mudança. In: PIMENTA, Selma G. Pedagogia, ciência da educação. 2ªed. São Paulo: Cortez, 1998.

PIMENTA, S.G. O pedagogo na escola pública. São Paulo: Loyola, 1988.

PINTO Umberto Andrade. Pedagogia e Pedagogo Escolares. Universidade de São Paulo. 2006.

PINTO, U.A. O pedagogo escolar: avançando no debate a partir da experiência desenvolvida nos cursos de Complementação Pedagógica. In: PIMENTA, S. G. (Org.). Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHMIEDKOWARZIK, W. Pedagogia dialética: de Aristóteles a Paulo Freire. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SILVA, Tomaz Tadeu da. DOCUMENTOS DE IDENTIDADE: uma introdução às teorias do currículo. 3 ed. Editora Autêntica, 2011.

SOUZA, João Francisco de. Prática pedagógica e formação de professores. Recife: Universitária da UFPE, 2009. (Obra póstuma).

SUGESTÕES DE LEITURAS

1. **Pedagogia em espaços não escolares.** Batista, Ana Carla Schiavinato B333p / Ana Carla Schiavinato Batista, Joice Estacheski. – Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2019. 184 p
2. **Formação da pedagoga e do pedagogo: pressupostos e perspectivas** / Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo, Ana Paula Cordeiro, Simone Ghedini Costa Milanez (org.). – Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. 246 p
3. **Pedagogia em espaços escolares e não escolares** / Vilze Vidotte Costa, Camila Aparecida Pio, Dayane Virginia Batista Bessa, Lilian Amaral da Silva Souza. – Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018. 176 p



**Av. Barão de Gurguéia, 3333B - Vermelha
Teresina - Piauí**

  **/malta**faculdade

 **www.faculademalta.edu.br**